Demonstrações Financeiras

ICE – Instituto de Cidadania Empresarial

31 de dezembro de 2017 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	
Demonstração do superávit	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Administradores do ICE – Instituto de Cidadania Empresarial São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ICE – Instituto de Cidadania Empresarial ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ICE – Instituto de Cidadania Empresarial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do Instituto de Cidadania Empresarial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor que, em seu relatório de auditoria datado de 6 de junho de 2017, expressou opinião não modificada sobre essas demonstrações.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas — Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya

Contador CRC-1DF015801/O-7

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota		
	Explicativa	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	456.482	249.660
Títulos e valores mobiliários	4	1.482.299	1.420.151
Adiantamentos		8.946	35.393
Total do ativo circulante		1.947.727	1.705.204
Não circulante Realizável a longo prazo Depósito judicial Empréstimos a receber Imobilizado Total do ativo não circulante	5	5.000 980.000 30.035 1.015.035	5.000 - 28.527 33.527
Total do ativo	-	2.962.762	1.738.731

	Nota Explicativa	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante Fornecedores		55.009	86.161
Obrigações trabalhistas e tributárias	6	270.263	187.644
Total do passivo circulante		325.272	273.805
Não aireulante	•		
Não circulante Provisão para riscos	7	13.669	13.669
Total do passivo não circulante		13.669	13.669
Patrimônio líquido Patrimônio social	8	2.623.821	1.451.257
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.962.762	1.738.731

Demonstração do superávit Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

	Nota Explicativa	2017	2016
Receita	9 _	5.863.211	4.214.046
Despesas operacionais Despesas administrativas e gerais Despesas com programas sociais Total de despesas operacionais	10 10 _	(1.036.036) (3.930.020) (4.966.056)	(1.336.466) (3.005.837) (4.342.303)
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	11 11 _	277.340 (1.931) 275.409	180.112 (5.417) 174.695
Superávit do exercício	=	1.172.564	46.438

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.404.818	-	1.404.818
Superávit do exercício Transferência do superávit do exercício	46.438	46.438 (46.438)	46.438 -
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.451.257	-	1.451.257
Superávit do exercício Transferência do superávit do exercício	1.172.564	1.172.564 (1.172.564)	1.172.564
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.623.821	-	2.623.821

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais Superávit do exercício Ajuste para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	1.172.564	46.438
Depreciações e amortizações	8.651	6.802
Provisão para riscos Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(277.340)	(180.112)
Variações nos ativos operacionais: Adiantamentos Outras contas a receber	26.447	(14.592)
Outras contas correntes	(980.000)	-
Variações nos passivos operacionais: Fornecedores Obrigações trabalhistas e tributárias	(31.152) 82.619	26.845 93.014
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.789	(21.606)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos Títulos e valores mobiliários Aquisição de bens do ativo imobilizado Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	215.192 (10.159) 205.033	78.206 (9.992) 68.215
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	206.822	46.609
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	249.660 456.482	203.051 249.660
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	206.822	46.609

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

1. Informações gerais

O ICE - Instituto de Cidadania Empresarial ("Instituto" ou "Entidade") é uma organização da sociedade civil, fundado em 27 de julho de 1999, sem fins lucrativos, que atua na articulação de líderes e no fomento de iniciativas transformadoras, capazes de gerar impacto social positivo na população de baixa renda.

Em um mundo dinâmico, diverso e em constante transformação, o Instituto sempre buscou inovações sociais que pudessem engajar empresários e investidores em iniciativas que contribuam para a redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica. Ao longo de sua história, o Instituto elegeu diferentes temáticas de inovação social e implementou estratégias de atuação que inspirassem a prática de um grupo maior de lideranças e organizações.

O Instituto deu continuidade as iniciativas que foram divididas em cinco programas e uma iniciativa incubada:

a) Força-tarefa

Em 2013, um grupo de 20 organizações, representantes do ecossistema de finanças sociais e negócios de impacto no Brasil, reuniu-se para constituir um movimento em prol das finanças sociais no País. Foram eleitos temas críticos para o campo e, inspirados pela trajetória de outros países, convidaram lideranças brasileiras de diferentes setores para assumir a Força-tarefa Brasileira de Finanças Sociais, lançada em maio de 2014.

Sua missão é articular sua rede de relações para atrair investidores, empreendedores, governos e parceiros para que desenvolvam e fomentem modelos de negócios rentáveis, que resolvam problemas sociais ou ambientais e, com isso, mudem a mentalidade sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade.

b) Academia

O Programa Academia foi desenvolvido para fortalecer as instituições de ensino superior no Brasil e engajar os professores com a temática das finanças sociais, buscando introduzir atividades mensuráveis nos três pilares das universidades: docência, pesquisa e extensão.

Desde a sua criação, em 2012, o Projeto Academia já apoiou a formação de professores em congressos internacionais e nacionais, a produção de diversos artigos, estudos de caso e pesquisas e a institucionalização de centros e núcleos, além da realização de competições universitárias na temática de finanças sociais e negócios de impacto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

1. Informações gerais--Continuação

c) Organizações do Ecossistema

O Instituto apoia as organizações intermediárias - como instituições de fomento ao tema, de avaliação, capacitação e certificação, de produção e disseminação de conteúdo, entre outras - por meio do Programa Organizações Estratégicas do Ecossistema, que visa ampliar e fortalecer a atuação desses fatores no campo das finanças sociais e dos negócios de impacto.

d) Aceleração e Incubação de Impacto

O Programa de Incubação e Aceleração de Impacto é uma parceria entre ICE, Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) com o objetivo de mobilizar aceleradoras e incubadoras a desenharem estratégias para atrair, selecionar e acompanhar a estruturação de Negócios de Impacto Social no seu portfólio.

O programa parte da premissa de que incubadoras e aceleradoras têm um enorme potencial de influenciar a agenda empreendedora do Brasil, disseminando o conceito de negócios de impacto em escala nacional, e contribuindo para que mais soluções para a resolução de problemas sociais surjam e se fortaleçam.

Em 2017, foi criada uma nova iniciativa dentro do Programa, a Chamada ICE-BID de Financiamento Semente para Negócios de Impacto e Aporte a Incubadoras e Aceleradoras ("Chamada"), criada em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ela tem dois objetivos: ampliar o número de negócios de impacto social e ambiental ("Negócios de Impacto") qualificados, escaláveis e prontos para receberem investimentos e contribuir com a atuação de incubadoras e aceleradoras de negócios que os apoiam e fortalecem

A Chamada propõe-se a atingir seus objetivos por meio da provisão de recursos financeiros a Negócios de Impacto em estágio inicial e às incubadoras e aceleradoras que os apoiam ou apoiaram há no máximo 3 anos. A Chamada dispõe de R\$ 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais), que serão distribuídos na proporção de 85% para até 9 Negócios de Impacto selecionados, até o limite de R\$ 1.360.000, e 15% para as incubadoras e aceleradoras que os apresentem, até o limite de R\$ 240.000. O recurso aportado em cada incubadora ou aceleradora será proporcional ao que for aportado nos negócios apresentados por ela.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

e) Associados

O compromisso, participação e colaboração dos associados com as atividades, com o planejamento e com a visão de futuro do instituto são essenciais para a transformação que se espera ver no campo das Finanças Sociais e dos Negócios de Impacto. Por isso, desde 2015, esse engajamento passou a ser uma dimensão da Teoria de Mudança do ICE e, consequentemente, ganhou um programa específico, com ações planejadas e metas claras para dois pilares principais: o engajamento no campo das Finanças Sociais e o engajamento no próprio ICE.

Ao longo do ano, são realizadas diversas ações com o objetivo de ampliar o engajamento dos associados – empresários e investidores – no campo e nos programas do ICE.

f) Geração Brasil Melhor - GBM

O Geração Brasil Melhor (GBM) é uma iniciativa incubada no ICE que reúne membros de famílias empresárias brasileiras com o compromisso de tornar o Brasil um país melhor. As metas desta iniciativa são: fortalecer os vínculos e laços de confiança entre os membros do grupo; contribuir para o desenvolvimento dos membros a partir do aprofundamento de sua compreensão sobre a realidade empresarial, social e política do Brasil; e empoderar seus membros a serem protagonistas da construção de um Brasil melhor. O GBM atende a esses objetivos por meio de ações conjuntas e de investimentos sociais realizados pelo grupo.

Na reunião da Diretoria em 25 de maio de 2018, foi aprovada a emissão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas — Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas"., as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, assim como a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, e NBC TG 07 (R1), alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013, relativas a entidades sem fins lucrativos e subvenção e assistência governamentais.

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional do Instituto é o real (R\$). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As principais práticas contábeis adotadas pelo Instituto é como segue:

a) Ativo e passivo

Os valores realizáveis e exigíveis no curso do exercício social subsequente estão classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

b) Doações e contribuições

As doações e contribuições recebidas sem destinação específica são reconhecidas na rubrica "Outras Doações" e "Doações de Associados".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

c) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em fundos de caixa, recursos em contas-correntes bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

d) <u>Títulos e valores mobiliários</u>

Demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras ou pelo valor justo de mercado, se este for inferior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de elaboração -- Continuação

e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O Instituto utiliza o método de depreciação linear definida com base na estimativa da vida útil-econômica de cada ativo ou componente de um ativo. O valor depreciável, a vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

f) Provisão para férias e encargos sociais

Constituída com base na remuneração dos empregados e nos direitos adquiridos nas datas de encerramento dos exercícios, incluindo o abono de férias e os respectivos encargos.

g) Despesas

Registradas quando incorridas, de acordo com o princípio de competência dos exercícios.

h) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas do Instituto, bem como na divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à determinação da provisão para riscos.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	7.913	1.520
Bancos	448.569	248.140
Total	456.482	249.660

4. Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	1.482.299	1.420.151

Representados por aplicações em fundos de renda fixa remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com rentabilidade média de 106%.

5. Empréstimos a receber

200
200
200
200
200
200
200
(420)
980

Em 2017, foram repassados R\$1.400 a 7 (sete) negócios de impacto, classificados contabilmente como "Empréstimos a receber" nas contas de ativo. A administração constituiu provisão para perda esperada com base em estimativa de retorno dos projetos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

6. Obrigações trabalhistas e tributárias

Referem-se a provisões trabalhistas e tributos incidentes sobre serviços contratados, sujeitos à retenção pelo tomador dos serviços.

7. Provisão para riscos

O Instituto está sujeito a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas prováveis e ajusta as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2017, o Instituto possui exposição de R\$ 13.669 (R\$13.669 em 2016) referente a processos trabalhistas cujas probabilidades de perda foram classificadas como prováveis. Não há causas possíveis, conforme avaliação dos assessores jurídicos.

8. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto é constituído de bens móveis, imóveis, direitos e valores adquiridos ou recebidos sob a forma de doações, legados, subvenções, auxílios ou qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

O Instituto destina seu superávit ao desenvolvimento de sua missão e aos seus objetos sociais, não distribuindo lucros, dividendos ou bonificações a nenhum título, tampouco cotas patrimoniais, entre seus associados e membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativos, Fiscal e Consultivo.

9. Receita

	2017	2016
Doações de associados	930.126	915.493
Contribuições do exterior (*)	2.003.966	
Outras doações (**)	2.929.119	3.298.553
Total	5.863.211	4.214.046

^(*) Referem-se a doação à Chamada ICE BID, além de doação recebidas aos programas Força Tarefa e Academia. (**) Referem-se a doações recebidas por empresas, fundações e outros apoiadores para custos operacionais e os programas do

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

10. Despesas por natureza

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas entre administrativas e programáticas, sendo esta última subdivida pelos programas internos. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	_		201	7				
		Despesas com programas					_	
	•		Programa de		0			
	_	_	Aceleração	_	Organizações			
	Despesas Administrativas	Força- -tarefa	e Incubação de Impacto	Programa Academia	do Ecossistema	Associados	GBM	Total
Despesas com pessoal Doacões a terceiros	429.299 430	613.284 66.135	470.184 385.298	327.085 10.500	81.771 135.392	122.656	105.000	2.044.279 702.755
Despesas com viagens	71.843	57.168	59.252	76.377	23.925	48.055		336.620
Aluguel/ Locações	52	3.795	8.014	1.773	16.724	15.844		46.202
Serviços de assessoria e								
consultoria	121.106	250.467	265.063	75.553		33.808	229.273	975.270
Despesas com telefone, energia elétrica e								
outros insumos	122.866							122.866
Material gráficos e Cursos	154.245	5.599		18.796	2.154	142		180.936
Depreciações e								
amortizações	8.651							8.651
Outras	127.544		420.000				933	548.477
Total	1.036.036	996.448	1.607.811	510.084	259.966	220.505	335.206	4.966.056

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

10. Despesas por natureza--Continuação

		2016						
	Despesas com programas							
	Outas Despesas Administrativas	Projeto Força- -tarefa	Programa de Aceleração e Incubação de Impacto	Programa Academia	Programa Organizações do Ecossistema	Fórum 2016	Total	
D	540 407	000 007	077 077	60.044	040.705	040 700	4.040.400	
Despesas com pessoal	543.197	369.837	277.377	69.344	242.705	346.722	1.849.182	
Doações a terceiros	19.718	.	130.274	84.900	188.164	.	423.056	
Despesas com viagens	61.589	31.903	44.107	28.204	7.272	126.990	300.065	
Aluguel/ Locações	-	-	7.460	-	5.877	204.275	217.612	
Serviços de assessoria e								
consultoria	297.404	285.498	114.014	86.019	164.776	97.108	1.044.819	
Despesas com telefone, energia elétrica e								
outros insumos	108.434	-	-	-	-	-	108.434	
Material gráficos e Cursos	55.663	77.329	7.817	7.837	28	-	148.674	
Depreciações e								
am ortizações	6.887	-	-	-	-	-	6.887	
Outras	243.574	-	-	-	-	-	243.574	
Total	1.336.466	764.567	581.049	276.304	608.822	775.095	4.342.303	

Remuneração da Administração

O montante registrado em 31 de dezembro de 2017 é de aproximadamente R\$ 781 mil (2016-R\$753 mil), referente a benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios. Esse valor está registrado na rubrica "Despesas administrativas e gerais" no resultado do exercício. Não há benefícios pós-emprego.

11. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras- Rendimento de aplicações financeiras	277.340	180.112
Despesas financeiras-		
Taxas bancárias	(1.931)	(5.417)
Total	275.409	174.695

12. Isenção tributária

Em 31 de dezembro de 2017, o Instituto cumpre todos os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional - CTN, o qual torna inseto as instituições que não distribuem os resultados e que aplicam seus recursos em território nacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais - R\$)

12. Isenção tributária--Continuação

O Instituto também se enquadra na Lei OSCIP nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite remuneração a valor de mercado dos dirigentes do Instituto que atuem efetivamente na gestão executiva.

13. Instrumentos financeiros

O Instituto participa de operações com instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de taxas de juros.

Risco de taxas de juros

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, na sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	2017	2016
Ativo – CDI	1.482.299	1.420.151

O Instituto possui os seguintes instrumentos financeiros classificados em:

	2017	2016
Ativos financeiros:		
Empréstimos e recebíveis-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	456.482	249.660
Títulos e valores mobiliários	1.482.299	1.420.151
Passivos financeiros-		
Outros passivos-		
Fornecedores	55.009	86.161

A Administração do Instituto é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Riscos de liquidez

O Instituto depende de doações e subvenções para continuar operando e exercendo suas funções sociais e entende que continuará recebendo as doações e subvenções necessárias para sua operação.